

KUPFER, D. Velhos Problemas, Novas Oportunidades. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 17/09/2008.

Velhos Problemas, Novas Oportunidades

17/09/2008

Com esse título, a CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina, realizou em junho último a sua 32ª. Conferência, visando definir as linhas mestras de ação para o fomento do desenvolvimento latino-americano a serem perseguidas nos próximos anos (documento disponível em www.cepal.org). Duas décadas após a eleição do lema “Transformação produtiva com equidade”, que em si mesmo revelava uma certa dose de pessimismo diante da capacidade de resposta insuficiente que se antevia para as economias da região, a revisão contida no novo documento buscou registrar diagnósticos e propostas voltadas para reconectar os diversos países às perspectivas de crescimento mais acelerado trazidas pelo novo padrão de expansão da economia global, no qual é maior o papel reservado aos países emergentes. Dentre os países do subcontinente latino-americano, o Brasil foi o que conseguiu ir mais longe no projeto original de industrialização e o que enfrentou o mais prolongado período de estagnação e é, agora, o que reúne as melhores condições para o salto em direção a um novo estágio de desenvolvimento. Há, de fato, um importante conjunto de oportunidades que estão se abrindo mas que não deixam de embutir os velhos problemas dos quais o país não conseguiu ainda se desvencilhar em seu esforço para escapar das mazelas do baixo crescimento.

É exatamente quando o cenário internacional começa a atravessar uma zona de crescente turbulência que essas questões ganham relevância. Enquanto muitos analistas afirmam que a deterioração da situação financeira internacional já atingiu proporções que a tornam o pior episódio de crise desde a grande depressão de 1929, o Brasil vê-se diante do mais forte ciclo de investimentos desde os idos dos anos 1970. Como previsível, essa mesma dicotomia entre o velho e o novo dominou o 5º. Fórum de Economia da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, realizado no início dessa semana. Na mesa que buscou discutir as relações entre investimento e mercado interno ficou claro que, no que respeita as probabilidades de sustentação das atuais taxas de crescimento por um horizonte temporal mais duradouro, existe espaço tanto para otimistas quanto para pessimistas, e também para resabiados. Os otimistas nutrem-se das oportunidades abertas pelas novas frentes de expansão da economia relacionados ao deslanche das obras de infra-estrutura, de energia, incluindo a grande estrela que é a exploração do petróleo no pré-sal, e ainda de setores de commodities, que finalmente entraram em rota de ampliação da capacidade produtiva. Os pessimistas alimentam-se do temor do ressurgimento dos velhos problemas, dentre os quais a sensação de que os grandes déficits da conta corrente poderão voltar muito antes do que se esperava e, em um quadro de maior restrição de liquidez internacional que se anuncia, devolver o país aos tempos de vulnerabilidade externa, da qual parecia ter recém se libertado.

No debate macroeconômico, faz todo sentido tentar avançar na modelagem teórica das relações de causalidade que entrelaçam crescimento econômico ao investimento e esse último

à poupança. A conclusão provável deve ser, porém, pela ausência de qualquer relação fixa unindo esses pares de variáveis. O problema é que os efeitos de um dado nível de investimento não podem ser totalmente determinados sem o conhecimento da produtividade do capital, isto é, qual a quantidade de produto que uma unidade de capital permite obter. Esse valor, que tecnicamente é chamado de relação capital-produto, é um parâmetro estritamente empírico, de difícil estimativa, pois depende da tecnologia, das instituições e, ainda, dos mistérios da capacidade organizacional humana. Para o Brasil não são disponíveis dados sobre essas relações capital-produto setoriais que, sabe-se, são hoje muito diferentes das que vigoravam no passado devido à profunda reestruturação ocorrida nos métodos de produção praticados no país. A título de exemplo, uma fábrica projetada para realizar simplesmente a montagem de componentes importados terá um nível de investimento muito menor do que outra com a mesma capacidade produtiva mas com maior densidade de operações industriais, isto é, mais integrada do ponto de vista dos insumos e processos produtivos realizados. Posteriormente, quando entrar em operação, também irá gerar menos emprego e renda. Quanto a investimento e poupança, é lógico que, olhados a posteriori, ambos evoluem em sincronia, como os dois lados de uma mesma moeda, simplesmente porque fazem parte de uma identidade contábil. Há porém fortes evidências a sugerir que a poupança cresce quando o investimento cresce, definindo uma relação de precedência para a decisão de investimento, o que não quer dizer, porém, que o problema do financiamento macroeconômico do investimento não exista e não deva atrair a devida atenção dos formuladores da política.

Tudo indica que, a despeito da piora percebida no cenário internacional, a meta de atingir uma taxa de investimento anual de 21% do PIB estabelecida pelo governo para 2010 vai ser atingida ou mesmo ultrapassada, a confirmar-se para o segundo semestre a expansão de 16% da formação bruta de capital já ocorrida nesse primeiro semestre de 2008 – uma velocidade quase o triplo da do crescimento do PIB. As causas desse fato estão associados aos efeitos aceleracionistas do ciclo de crédito no mercado de bens e habitações, à dinamização da demanda no mercado interno provocada pelo processo de redistribuição de renda em curso, aos efeitos do cenário benigno no mercado internacional de nossos principais produtos de exportação que vigorou no passado recente, e finalmente à retomada dos investimentos em infra-estrutura energética e de transportes que, de tão atrasados, não podiam mais esperar.

Em conjunto, esses blocos de investimento conseguiram fazer funcionar o motor de arranque da economia brasileira, ultrapassando uma barreira que vinha se mostrando quase irreduzível. Daí a serem ser indutores de um processo de crescimento sustentado, dependerá da capacidade do governo modificar o atual mix da política macroeconômica, que é direcionado para objetivos puros de estabilização, para começar a construir uma macroeconomia do crescimento no país. Na prática, após décadas de políticas curto-prazistas, será necessário reaprender a fazer políticas eficazes de financiamento do desenvolvimento. São as dificuldades envolvidas nessa passagem que deixam alguns nem otimistas nem pessimistas, mas bastante resabiados.

David Kupfer é professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ – www.ie.ufrj.br/gic - gic@ie.ufrj.br)